http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i44.2132

O Escola Sem Partido denuncia uma 'marmanja':
análise do discurso e reparação ao silenciamento docente

Escola Sem Partido denounces a "marmanja[1]":
discourse analysis and reparation for teacher silencing

Escuela Sin Partido denuncia a una 'tipa adulta':
análisis del discurso y desagravio al silenciamiento docente

THAÍS VILLA[*]
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, Brasil.

RESUMO: Este artigo objetivou analisar uma denúncia do Escola Sem Partido – ESP, com inspiração na análise do discurso foucaultiana associada à literatura acadêmico-científica. A professora alvo da denúncia é a autora do artigo e, por essa razão, realizou-se um movimento de reparação ao silenciamento docente imposto pelo ESP. Os resultados demonstraram a atuação de conservadores/as na disputa pelo verdadeiro, no acionamento do pânico moral, por meio da reiteração de discursos sobre uma pretensa 'ideologia de gênero', em detrimento da Educação Sexual – o ESP se converte, assim, em vigilante da heteronormatividade. Os resultados da análise também trazem apontamentos sobre os desdobramentos da atuação do ESP para a Educação e para a vida da professora denunciada.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Ideologia de gênero. Educação Sexual. Análise do discurso.

ABSTRACT: This article aims to analyze an accusation made against a teacher by the conservative movement Escola Sem Partido – ESP, drawing on Foucauldian discourse analysis in dialogue with academic-scientific literature. The teacher targeted by the accusation is the author of this article and, for this reason, a movement of reparation was carried

[*] Doutoranda da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Educação Infantil na rede municipal de ensino de Uberaba-MG. *E-mail*: <thavilla_oliveira@hotmail.com>.

out in response to the silencing imposed by the ESP movement. The results highlighted the role of conservative people in the fight over truth and in the mobilization of moral panic. The latter happens through the reiteration of discourses about an alleged "gender ideology" to the detriment of Sexual Education, which makes the ESP movement an enforcer of heteronormativity. The findings of the analysis also point to the implications of the movement's actions for education and for the life of the teacher who was denounced.

Keywords: Escola Sem Partido. Gender ideology. Sexual Education. Discourse analysis.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar una denuncia de la Escola Sin Partido (ESP), inspirada en el análisis del discurso de Foucault asociado a la literatura académico-científica. La docente denunciada es la autora del artículo y por ello se realizó un movimiento como desagravio al silenciamiento impuesto a los/as docentes por la ESP. Los resultados demuestran el rol de los/as conservadores/as en la disputa por lo que es la verdad, en desencadenar el pánico moral a través de reiterados discursos sobre una supuesta 'ideología de género', en detrimento de la educación sexual — así, la ESP se convierte en un guardián de la heteronormatividad. Los resultados del análisis también brindan información sobre el impacto de las acciones de la ESP en la educación y en la vida de la docente denunciada.

Palabras clave: Escuela Sin Partido. Ideología de género. Educación sexual. Análisis del discurso.

Introdução

As discussões sobre o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, um dos principais eixos das políticas públicas educacionais brasileiras, foram marcadas por discursos inflamados de conservadores/as. Naquele momento aconteciam dois importantes movimentos político-midiáticos que buscavam enfraquecer as instituições democráticas: o 'espetáculo' da Lava-Jato e a contestação da vitória eleitoral da presidenta Dilma Rousseff (SANTOS & BIROLI, 2023). Com isso, o movimento intitulado Escola Sem Partido – ESP, existente desde o ano de 2004, encontrou as condições para se projetar nacionalmente.

Em fevereiro de 2014 foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei – PL nº 7180 (BRASIL, 2014), visando alterar o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), de forma a incluir o seguinte inciso:

> XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (BRASIL, 2014).

As justificativas do PL citam o Pacto de San José da Costa Rica, firmado no ano de 1969, durante a Convenção Americana dos Direitos Humanos e ratificado pelo Brasil em 1992:

> Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros (BRASIL, 2014).

O PL, proposto por um deputado filiado ao Partido Social Cristão – PSC e pastor da igreja Assembleia de Deus, foi o primeiro de muitos que se seguiram com proposições vinculadas ao tema na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021). Nas discussões sobre os Planos Municipais de Educação também vimos a reprodução da estratégia e dos discursos ora utilizados em nível nacional.

Algumas pesquisas se dedicaram a analisar os discursos de representantes políticos/as que saíram em defesa dos projetos relacionados ao ESP (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021; SANTOS & BIROLI, 2023). Os resultados evidenciaram que o termo mais recorrente nos discursos foi a chamada 'ideologia de gênero':

> a "ideologia de gênero" é um espantalho criado por católicos ultraconservadores da América do Norte e da Europa Ocidental, importado para o Brasil e abraçado também por outras seitas, que visa estigmatizar as bandeiras da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual, acusando-as de contrárias à natureza e solapadoras da família e, portanto, de toda a civilização (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 268-269).

As/os professoras/es[2] foram declaradas/os inimigas/os da sociedade e o processo educacional nas instituições públicas passou a ser divulgado por conservadores/as defensores/as do ESP – principalmente na internet, por meio de fake news – como perigosos às crianças, sob o pretexto de que elas estariam à mercê de 'doutrinadoras/es comunistas de esquerda' que, entre outras inverdades, se escondem sob a égide da profissão docente para implementarem o '*kit gay*'[3] e distribuírem '*mamadeiras de piroca*'[4].

Objetivamos neste artigo analisar uma denúncia do ESP apresentada durante reunião da Comissão Especial da Câmara dos Deputados no ano de 2017, a partir da análise do discurso foucaultiana associada à literatura acadêmico-científica. A professora

alvo da denúncia é a autora deste artigo; portanto, durante as análises, para além da mobilização de conceitos e pesquisas, em alguns trechos utilizaremos essa condição para tecer argumentos.

Educação Sexual, pânico moral e as professoras doutrinadoras

Acerca da nomenclatura utilizada para designar o trabalho pedagógico nas escolas com as questões afetas a sexualidades, gêneros e corpos, enquanto ciência da Educação e objeto de estudo pedagógico, optamos pelo termo Educação Sexual por compreendermos que apresenta elementos e justificativas que nos são caros. Na definição de Jimena Furlani:

> o principal papel da educação sexual é, primeiramente, desestabilizar as "verdades únicas", os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção; e, depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana, problematizando o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência das pessoas (FURLANI, 2003, p. 69).

Assim, enfatizamos que a Educação Sexual se relaciona com uma complexa teia de saberes e poderes, discursos e dispositivos históricos, sociais e culturalmente desenvolvidos, que há tempos existem na escola (LOURO, 2000), embora ainda persistam nas licenciaturas que preparam para a profissão docente um silenciamento sobre a sexualidade, pois,

> o currículo oficial do curso de Pedagogia não lhe dá a devida importância. É como se fosse algo secundário e desnecessário de ser visto com os futuros educadores, o que contribui para perpetuação do estigma de que este assunto não deva ser abarcado, não sendo função do professor atuar com questões de sexualidade (LEÃO & RIBEIRO, 2014. p. 285).

Tal fato colabora para que proliferem confusões e desinformação sobre o que seja a Educação Sexual nas escolas, e nesse cenário, o ESP passa a atacá-la e esvaziá-la completamente de seus propósitos pedagógico-educacionais, para que caiba na 'ideologia de gênero'. Essa emerge no campo educacional a partir do acionamento dos chamados pânicos morais que, em suma, "exprimem de forma culturalmente complexa as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida" e que surgem quando se coloca em voga que 'os valores' da sociedade estão sob ameaça (MISKOLCI, 2007, p. 111). Podemos observar que os discursos do ESP sempre enfatizam a destruição da família e da infância – sem nunca mencionar *que* família e *quais* infâncias são essas –, tornando a 'ideologia de gênero' algo a ser combatido em toda a sociedade, mas especialmente nas escolas, pois o pânico moral

> cristaliza medos e ansiedades generalizados, e muitas vezes lida com eles não buscando as causas reais dos problemas e condições que eles demonstram, mas deslocando-os para os "demônios populares" de um grupo social identificado (geralmente o "imoral" ou o "degenerado"). A sexualidade tem uma centralidade peculiar em tais pânicos, e os "desviantes" sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes (WEEKS, 1981, p. 14 *apud* MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 268).

Dessa forma, o ESP não busca discutir a realidade educacional e os possíveis problemas da Educação Básica brasileira, mas desloca às/aos professoras/es a total responsabilidade pelo 'fracasso' escolar de alunos/as e incentiva denúncias do que nomeiam como 'doutrinação'. Em nível nacional houve inúmeros esforços por parte de conservadores/as para que famílias e alunos/as denunciassem professoras/es que 'ousassem' ministrar conteúdos afetos à Educação Sexual, ao racismo, à misoginia e outros temas relacionados, principalmente, ao campo das Ciências Humanas.

Tais denúncias podem ser analisadas a partir dos conceitos de *saber* e *poder* que permeiam a obra de Michel Foucault, e que, em síntese, expõem o poder enquanto produtor de efeitos no campo da verdade e o saber enquanto um exercício do poder, legitimado pelo discurso, que constrói saberes. Assim,

> O mecanismo da denúncia, no caso do ESP, opera através da naturalização de uma realidade específica – a suposta doutrinação ideológica – que sirva necessariamente a seus fins políticos de resistência ao avanço da esquerda no âmbito das instituições escolares. [...] o movimento se insere na disputa pelo verdadeiro, e é por esse ângulo que a denúncia é tão importante. Tal mecanismo oferece saberes que tornam verificáveis as afirmações da organização, de modo que ela possa advogar suas causas com o mínimo de fundamentação necessária para convencer ou, na pior das hipóteses, ameaçar os professores tidos como doutrinadores (KATZ & MUTZ, 2019, p. 376).

Muitos desses mecanismos consistem na desvalorização social da profissão docente e da Educação pública, posta em prática nos últimos anos[5] por meio da extinção e do enfraquecimento de secretarias do Ministério da Educação e de órgãos de controle da qualidade do ensino.

A análise dos discursos do ESP

Com inspiração na análise do discurso foucaultiana analisamos dois vídeos do Youtube, no intento de desvelar a complexa teia de saberes e poderes que neles se apresentam, pois "certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. E esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever" (FOUCAULT, 2007, p. 55). Esse tipo de análise "compreende que [o discurso] é a forma como

se compreende a língua. Ele faz parte de um processo de significação que se modifica a partir do momento ideológico e histórico, produzindo efeitos" (BARROS, 2015, p. 77).

O espaço histórico do discurso reconhecido por Foucault se justifica pela relação política-ideológica que favorece sua produção e o torna possível, sendo permeado por sentidos e construído a partir da relação existente entre o poder, o saber e a linguagem (BARROS, 2015).

O primeiro vídeo do Youtube analisado foi veiculado no canal oficial do pastor Marco Feliciano no ano de 2017, quando exercia mandato como deputado federal. Trata-se do recorte de uma fala do mandatário durante a 19ª reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Lei nº 7140/2014, na qual ele reproduz e comenta o áudio de uma 'conversa' entre uma criança de cinco anos e seu pai. Trazemos o termo conversa entre aspas simples porque percebemos, a partir das análises tecidas, que não se trata de uma conversa espontânea, mas de uma tentativa de descredibilização da professora para posterior denúncia ao ESP. O segundo vídeo mostra a íntegra da referida reunião na Câmara dos Deputados em 08 de agosto de 2017, do qual analisamos somente o trecho que inicia aos 40min 40seg e se encerra aos 45min 07seg, momento em que Miguel Nagib[6] também reproduz o áudio utilizado no vídeo de Marco Feliciano e o comenta.

Relembrando que a professora denunciada é também autora deste artigo, em alguns momentos expressaremos a própria visão acerca do trabalho com Educação Sexual nas escolas, a fim de realizarmos um movimento de reparação das práticas do ESP e de nos fazermos 'ouvir', pois,

> O movimento Escola Sem Partido estimula os alunos a fazerem denúncias contra os seus professores**.** Estas denúncias são publicadas pelo próprio Escola Sem Partido na sua página e redes sociais. Os professores nunca são chamados para apresentarem o seu ponto de vista da questão, nunca são escutados**.** Eles são representados como manipuladores hábeis, que se aproveitam da inocência dos seus alunos (PENNA, 2015, p. 299).

O vídeo veiculado no canal oficial do pastor e deputado possui 3min 45seg e foi transcrito abaixo:

> Lutarmos contra uma esquerda que acabou dominando o nosso país e demonizando as instituições, como instituições de segurança pública. Os professores apanham dentro da sala de aula e ninguém pode fazer nada, porque se o professor levantar um dedo vem os direitos dos manos, ou, desculpe, vem os Direitos Humanos e pune o professor e coisas desse tipo. Debater com qualquer pessoa que tenha um pensamento contrário é salutar e saudável. Difícil é debater com alguém que milita em uma esquerda orquestrada e extremamente raivosa. Escola Sem Partido chega em bom tempo. Dia quinze, agora, vamos ter uma grande marcha, em várias cidades do Brasil, grandes movimentos estão apoiando, as pessoas estão indo para a rua as crianças estão cobrando os pais, nós ouvimos aqui um áudio, contra fatos não há argumento (FELICIANO, 2017).

Na introdução do vídeo que reproduz o áudio da suposta conversa, percebemos a vinculação que os/as defensores/as do ESP fazem entre 'ideologia de gênero' e 'a esquerda'. Sobre essa coadunação, as análises de Miguel e Oliveira (2021) permitem notar que o enquadramento associa as questões de gênero, sexualidades e a própria Educação Sexual ao avanço de um Estado totalitário que se utilizaria desses elementos para capturar as liberdades individuais e sociais. Tal associação é, em primeira instância, parte da estratégia que visa acionar o pânico moral recorrendo à velha tática ocidental de um 'fantasma do comunismo' que desmantelará as liberdades individuais, mas agora aliado ao projeto de uma 'ditadura gay' para alcançar seus objetivos político-econômico-sociais.

> Os dizeres contra a esquerda e contra o comunismo, assim como um fantasma que nos assombra, insistem em retornar, em um processo de atualização de uma memória que ocorre em diferentes condições de produção. A memória da subversão desqualifica e deslegitima a esquerda, o comunismo e suas paráfrases possíveis, significando-os como um modo de administração criminoso e corrupto; como uma ideologia que deturpa a "verdade"; como uma ameaça ao país, aos seus interesses e tradições (BENAYON; BRANDÃO & NASCIMENTO, 2019, p. 1).

Ao dizer que "lutamos contra uma esquerda que acabou dominando o nosso país e demonizando as instituições […] uma esquerda orquestrada e extremamente raivosa" (FELICIANO, 2014), o pastor deputado busca, por meio da reiteração do discurso, estabelecer como verdadeira a hegemonia da esquerda nas instituições públicas brasileiras, principalmente no que tange à Educação, pois "o Escola Sem Partido opera na formação de um discurso voltado para o convencimento de que existiria uma suposta hegemonia da doutrinação ideológica nas escolas brasileiras – quase sempre de esquerda" (KATZ & MUTZ, 2019, p. 384-385).

São citados os Direitos Humanos com a finalidade de incitar o pânico moral, dessa vez especificamente nas/nos docentes. O mandatário faz uso da violência praticada por alguns/umas alunos/as contra algumas/uns professoras/es para atacar os Direitos Humanos, denominando-os inclusive de 'direitos dos manos', buscando alertar, por meio da retórica, que um simples dedo em riste da/do professora/professor a/o colocaria em risco de ser punida/o. Em uma breve análise dos estudos que tratam da violência contra docentes, evidenciamos que não há qualquer resultado que aponte para os Direitos Humanos enquanto fator que potencializa esse tipo de violência, todavia, a desvalorização e/ou precarização da profissão docente aparece como um dos determinantes de tais situações.

A incitação à violência e ao ódio *contra* docentes também é parte fundamental da estruturação do ESP, pois, "o discurso de que os docentes são possíveis inimigos, colocados por grandes influenciadores e autoridades, permite e até mesmo incentiva o desrespeito e a violência física contra professores, gerando um contínuo estado de medo entre trabalhadores dessa classe" (BARROS, 2021, p. 149).

A professora ensinava 'umas coisinha, né?'

A reprodução da 'conversa' entre pai e filho é comum em ambos os vídeos analisados. O momento original da reprodução ocorreu durante a fala de Miguel Nagib na Câmara dos Deputados em 2017, na qual explicou que "um pai tomou o depoimento do próprio filho, um garoto de cinco anos de idade, a respeito daquilo que essa criança aprendeu, está aprendendo numa escola […]" de uma rede municipal de ensino (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Na sequência, apresentamos a transcrição do áudio[7], indicando em destaque os enunciadores:

> *Pai*: Davi fala pro papai e pra mamãe o que que a tia Thaís te ensinava na escola. O que que era as coisinha que ela te ensinava?
>
> *Criança*: Ela falava que homem podia pegar coisa de mulher, mulher podia pegar coisa de homem, por quê?
>
> *Pai*: Não, tô te perguntando só pra, só pra saber, cara. A professora era muito legal, ela te ensinava umas coisinhas né? O que mais que ela te ensinava? E aquela vez que você falou que ela falou que menino podia namorar com menino e menina podia namorar com menina, você lembra?
>
> *Criança*: Lembro!
>
> *Pai*: Como é que foi que ela te falou?
>
> *Criança*: Ela falou que menina podia namorar com homem, e mulher podia namorar com mulher.
>
> *Pai*: É? E o negócio do batom também que ela tava ensinando? Que você tava *lá na tia Bita e* cê tava com batom das menina? Aí, o que é que ela te falou de batom também?
>
> *Criança*: Que homem pode passar batom.
>
> *Pai*: Ela falou pra vocês?
>
> *Criança*: Falou.
>
> *Pai*: Ela falou só pra você ou falou pra sala inteira?
>
> *Criança*: Falou pra sala inteira.
>
> *Pai*: É? Ah, então tá bom! Que mais também que ela falou Davi?
>
> *Criança*: Ela falou que homem pode usar roupa de mulher e que homem pode usar sutiã, calcinha e saia.
>
> *Pai*: Saia também? Saia igual à da mamãe, igual àquela que a mamãe usa?
>
> *Criança*: É! E também a maquiagem!
>
> *Pai*: A maquiagem também?
>
> *Criança*: Aham!

Pai: Ah, então tá bom! (FELICIANO, 2017, n.p).

Chama a atenção a forma como o pai da criança inicia as indagações "o que que era as *coisinhas* que ela te ensinava?" (FELICIANO, 2017; grifo nosso). O uso da palavra coisa no diminutivo parece intentar a retirada da credibilidade pedagógica da docente e do possível tema abordado com as crianças. Esse trecho converge com os achados da pesquisa de Miguel e Oliveira, que demonstraram como os/as defensores/as do ESP entendem que "a categoria 'doutrinação' é construída de maneira a abarcar tudo aquilo que não corresponde à transmissão de conteúdos 'objetivos' e universalmente aceitos, como seria o caso do Português e da Matemática" (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 267); ou seja, para eles/elas, todo o ensino relacionado à produção do modo de vida social, cultural e econômico parece se resumir a 'coisinhas', tornando Sociologia, Filosofia, História e outras Humanidades conteúdos de menor importância e até mesmo inadequados para adentrarem a sala de aula.

Notamos que ao responder incialmente ao questionamento do pai, a criança expressa o que podemos compreender como uma tentativa da professora de não generificar objetos, brinquedos etc., dizendo que "homem podia pegar coisa de mulher" (FELICIANO, 2017); e a criança também demonstra certo desconforto quando busca compreender o porquê de tal pergunta. O pai enfatiza à criança que a professora era muito legal, fato que, para nós, se converte no intento de manipular afetivamente a criança, para que se sentisse mais confortável. Assim, o pai segue trazendo um questionamento acerca do que a criança lhe dissera sobre, segundo ele, menino poder namorar com menino. Na resposta da criança, fica evidente que a professora apontou a existência de relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero, e percebemos que a criança modifica o termo *menino,* presente no argumento do pai, por "*menina* pode namorar com homem e mulher pode namorar com mulher" (FELICIANO, 2017).

Sendo a professora objeto da denúncia ao ESP, elucidamos que, durante a docência na Educação Infantil, sempre dialogamos com as crianças sobre a possibilidade de namoro entre homens e homens, mulheres e mulheres, todavia, jamais dissemos algo nesse sentido sobre meninos e meninas, por compreender que crianças de cinco anos de idade não namoram. Embora não se possam negar a curiosidade das crianças acerca desse tipo de relação humana e todo o universo infantil acerca do tema, consideramos necessário alertá-las para o fato de que criança não namora, pois a prevenção à violência sexual, em nosso entendimento, passa por evidenciar que as práticas sexuais – beijos, carícias, toques, ato sexual – são ações de adultos/as e há que existir consentimento entre as partes para que ocorram.

Ainda sobre as relações e práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero, conforme mencionado pela criança, recorremos a Miguel e Oliveira para elucidarmos que as

> políticas de combate ao sexismo e à homofobia nas escolas tornaram-se o principal estandarte da agitação política da direita, que as apresentava como demonstração inequívoca de que a pauta da esquerda era a destruição da família e a universalização da homossexualidade (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 261).

Para nós é evidente o agenciamento do pânico moral que se operacionaliza por meio dos discursos que relacionam a homossexualidade à destruição da família e sustentam, em última instância, que a homossexualidade significaria o fim da espécie humana, devendo ser, portanto, 'combatida'.

Elucidamos que no ano de 2017 lecionamos pela primeira vez em uma turma de crianças com cinco anos de idade – pré-escola; até então, havíamos lecionado somente em turmas com crianças de um a dois anos e não tivemos questões de alunos/as acerca de alguns aspectos físicos e pessoais. No início do ano, sabendo que trabalharíamos com crianças maiores e não mais com bebês iniciando a comunicação verbal, nos defrontamos com um misto de alegria, medo, vergonha, ansiedade e outros tantos sentimentos que, à época, nem conseguimos nomear, pois, por convivermos com crianças maiores, sabíamos que elas poderiam fazer questionamentos e apontamentos acerca de nossa sexualidade, aparência física e outros aspectos pessoais. Tais sentimentos vieram à tona por nos reconhecermos, entre outras identidades que nos atravessam, enquanto lésbica não-binária. Ao pesquisar a docência de professoras que se identificam como lésbicas, percebemos como esses sentimentos são fruto dos discursos e das práticas heteronormatizadoras:

> as professoras lésbicas, ou que se relacionam com outras mulheres, que estão em efetivo exercício de suas funções no magistério, são, muitas vezes pressionadas a permanecer invisíveis, e sua identidade não deve se tornar pública. Na perspectiva heteronormativa, a professora lésbica deve agir de modo a não gerar perguntas e não levantar questionamentos sobre sua vida pessoal, seu final de semana, suas férias, seus relacionamentos pessoais. Deve evitar, por exemplo, usar uma aliança ou qualquer sinal que possa identificar ou levantar indagações em relação à sua condição. Essa rotina de trabalho que se apresenta como verdadeira fonte de sofrimento psíquico é, na realidade, bastante comum na área da educação para trabalhadores/as e, mais particularmente, docentes LGBT (FREITAS, 2018, p. 48).

Apesar de sempre nos posicionarmos em favor da vida, da existência e da visibilidade das pessoas dissidentes da heterossexualidade, sofremos injúrias e violências de caráter lesbofóbico ao longo de nossa vida pessoal, acadêmica e profissional, que nos deixam marcas que precisam ser ressignificadas a todo momento. Pensamos, então, sobre como as famílias – afora as crianças – receberiam uma professora que, além de ser lésbica, ainda 'ousava' falar abertamente sobre Educação Sexual.

Após alguns dias de conflito interno, depois de pedirmos ajuda à nossa namorada, a familiares próximos/as e de ter ouvido palavras de incentivo e outras que nos orientavam justamente a 'mascarar' nossa identidade, percebemos a importância de nos posicionarmos diante das crianças e, mais ainda, frente a nós mesmas. Assim, quando conhecemos

as crianças da turma e percebemos a sinceridade com que falavam de si, de suas férias, suas angústias com a escola e suas famílias, decidimos de uma vez por todas nos posicionarmos quanto à orientação sexual, caso o assunto surgisse, pois se há algo de que discordamos, pedagógica e humanamente, é que se minta para uma criança.

Não demorou muito para que se sentissem à vontade para fazerem perguntas: "Tia, você é casada? Você tem namorado? Você é menino ou menina? Você tem quantos filhos?" Por fim, conseguimos responder com honestidade aos questionamentos e aproveitamos para falar-lhes sobre a homossexualidade, o consentimento, o respeito, o amor, as injúrias e os preconceitos.

O ESP como vigilante da heteronormatividade e das fronteiras de gênero

No áudio em questão, o pai denunciante segue com a interpelação à criança: "o negócio do batom também, que ela tava ensinando e tava com o batom e cê tava com o batom das menina" é um trecho que dialoga com o início da 'conversa', quando a criança diz que "homem pode pegar coisa de mulher" – mas nesse caso específico, a 'coisa' se materializou em um batom (FELICIANO, 2017). Antes de problematizarmos o batom, pensemos nos discursos normativos pautados na binariedade dos sexos/gêneros que atravessam as crianças – não sem resistência – por meio de diversas práticas socioculturais: brinquedos e brincadeiras ditos de meninas ou de meninos; cores tidas como preferencialmente de meninos ou meninas; heróis e princesas; filas e divisão de grupos orientados pelo gênero/sexo nas escolas, entre outros exemplos cabíveis.

> as formas de controle disciplinar de meninas e meninos estão intrinsecamente relacionadas ao controle do corpo, à demarcação das fronteiras entre feminino e masculino e ao reforço de características físicas e comportamentos tradicionalmente esperados para cada sexo nos pequenos gestos e nas práticas rotineiras da educação infantil (FINCO, 2010, p. 126).

Evidenciamos que realmente dissemos em sala de aula que meninos poderiam passar batom se quisessem. Isso porque, no dia em que foi permitido às crianças levarem seus brinquedos à escola, uma menina da mesma turma da criança do áudio levou um estojo de maquiagem, insistindo em passar batom à força em outro colega de sala, enquanto corria atrás dele, dizendo que "o menino ia virar menina se passasse batom". Ao perceber a insistente negativa do menino perseguido, alertamos todas as crianças sobre o fato de que podiam brincar do que quisessem e podiam socializar seus brinquedos, pois nada os/as definiria como mais ou menos meninos e meninas, já que brinquedos são feitos para todas as crianças. Destacamos igualmente que ninguém poderia obrigar o/a outro/a a brincar do que não quisesse, devendo ser respeitadas as escolhas individuais. Após essa consideração, justamente o filho do pai que procedeu à denúncia ao ESP se pôs a brincar com a menina que tinha o estojo de maquiagem e, juntos, maquiaram uma boneca.

Na conversa/denúncia, percebemos que o pai presenciou o menino com um batom durante visita a uma tia, porém, não é possível sabermos se a criança apenas o manuseou ou se chegou a utilizá-lo. Ainda assim, o fato de o pai reforçar em sua fala para a criança que estava "com o batom das menina" (FELICIANO, 2017) pode ser analisado como o que se considera um incentivo a uma sexualidade dita *normal*, que acaba por exemplificar dizeres explicação de Guacira Louro:

> a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, "fixar" uma identidade masculina ou feminina "normal" e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero "normais" a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 2000, p. 16-17).

Analisando a fala da criança, pode-se inferir que apresentamos à turma outras formas de relação com o mundo, com/entre as pessoas, que não as formas pautadas na heteronormatividade, na generificação de objetos, brinquedos e brincadeiras, na masculinidade e na feminilidade hegemônicas. Essa ação pedagógica foi questionada pelo ESP porque esbarrou nos valores da família do aluno, que pelas análises do vídeo, indica estar em acordo com a heteronormatividade.

> A heteronormatividade implica uma relação normativa entre gênero e sexualidade e uma vigilância constante das fronteiras entre os gêneros. Ou seja, ser homem e ser mulher parece ser sinônimo de ser heterossexual. Se um menino tem atitudes que o aproximem da fronteira com o feminino ele se torna "diferente"; portanto, está passível de sofrer as punições reservadas a quem difere da norma (FERRARI & CASTRO, 2014, p. 23).

A denúncia ao ESP foi, antes de tudo, uma vigilância do pai da criança sobre as ações do próprio filho, que estaria agindo por influência da professora – vigilância essa reiterada pelo ESP. Tal fato permite analisarmos o discurso de neutralidade que o ESP busca empreender, pois se de um lado temos, enquanto denunciada, uma professora que buscou desnaturalizar a heteronormatividade, de outro, temos um pai de aluno que buscou, por meio da denúncia, a naturalização dessas normas e comportamentos.

Dialogando com Miguel e Oliveira, quando afirmam que o ESP se constitui sob "uma epistemologia primária, que vê verdades absolutas e fixas – e que, ao impossibilitar qualquer abordagem crítica do mundo, contribui objetivamente para a naturalização e a reprodução das dominações sociais", nomeando isso de *neutralidade*, percebemos que o que está em jogo é "uma operação de naturalização […] que impede a inquirição da origem histórica das práticas humanas e dos valores sociais" (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 264-265).

Na última parte da 'conversa' entre pai e filho, a criança, mais uma vez questionada pelo denunciante, relata que a professora "falou que homem pode usar roupa de mulher, e que homem pode usar sutiã e calcinha, e… saia! […] e também maquiagem" (FELICIANO, 2017). A esse respeito, defendemos a ideia da construção social das diferenças

e sua relação com as roupas. A reiteração social da heteronormatividade incide sobre o que é 'ser menino/menina, homem/mulher' e atravessa os processos de subjetivação dos/das sujeitos/as, por meio de diversos mecanismos culturais. Dessa forma, as roupas apresentam-se como elemento sócio-histórico-cultural que ensinam às crianças modos adequados de se vestir sem atravessar as fronteiras hegemônicas da masculinidade/feminilidade, desconsiderando mesmo a mobilidade e o conforto dos corpos que as vestem.

Novamente fazendo uso da prerrogativa de denunciada, afirmamos que o trabalho pedagógico realizado na pré-escola intentou demonstrar às crianças o processo histórico de relação entre roupas, gêneros, classe e raça. Durante as atividades, buscamos apresentar-lhes de forma lúdica – por meio da utilização de recursos tecnológicos, midiáticos e rodas de conversa – determinadas culturas, territórios geográficos e momentos históricos, tendo como objeto central de estudo as roupas e outros marcadores socioculturais, como cabelos, brincos, tatuagens, perucas etc.

Pelos limites deste artigo, não é possível adentrar na história das roupas, mas enfatizamos como elas se configuram enquanto produtoras e produto das diferenças sexuais, sabendo que, ao mesmo tempo em que reproduzem e delimitam as fronteiras de gênero pautadas no binarismo feminino-masculino, podem se converter em estratégia dos/das sujeitos/as para a implosão dessas mesmas fronteiras.

A falácia da neutralidade do ESP

Findadas as análises correspondentes ao áudio da 'conversa' entre pai e filho, vejamos o que disse o fundador do ESP, Miguel Nagib, após apresentá-lo[8]:

> Bem, então eu, nós fomos atrás, eu recebi um depoimento prestado pela professora dessa criança, no Facebook, onde ela dizia o seguinte, comemorando o Dia da Mulher: "E nesta data tão importante que é o dia 8 de março, houve atos enormes em todo o país", postagem da professora dessa criança que acabou de fazer um depoimento. "Alias meus parabéns pela iniciativa de organizar um ato em Araraquara das amigas fulana e beltrana e demais envolvidas. Infelizmente, aqui em Uberaba eu não consegui faltar do trabalho, mas acredito que fiz o que pude junto às crianças pelo dia de hoje. Inventar uma história lúdica com meus desenhos de girinos e prender a atenção das crianças de cinco anos por quase uma hora foi um desafio, mas foi lindo e gratificante ver o poder de questionamento destes pequeninos. Por outro lado, me entristeço ao ver que ainda tão pequeninos já têm internalizado inúmeros destes preconceitos em si. É animador ao mesmo tempo…"
>
> O que são preconceitos? A ideia, o espelhamento que o menino tem na figura do pai, de ser um rapazinho como o pai, isso é um preconceito na mente dessa professora. "É animador ao mesmo tempo porque me faz crer ainda mais na importância da escola", vejam bem, "na importância da escola para todas essas discussões", com criança de cinco anos de idade! "E na prática pedagógica diária que pode abordar as questões de gênero e tantas outras com qualquer idade que seja", qualquer idade que seja! "Através das mais corriqueiras situações. Ouvi-los é importante e questioná-los sobre suas posições [risos] e também ensiná-los o significado de direitos e

> respeito é fundamental". Essa senhora, essa marmanja, está querendo debater com uma criança de cinco anos de idade e, obviamente, o que ela está fazendo é nada mais nada menos do que lavagem cerebral (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Para nós, fica evidente como a perseguição e o ódio a professoras/es é um dos eixos estruturantes do ESP, pois Nagib se deu ao trabalho de fiscalizar a rede social da professora a fim de corroborar seus argumentos sobre a doutrinação.

Analisando a publicação em questão na rede social, nota-se que menciona o 8 de março, Dia da Mulher, e revela a potência de se discutir a data com as crianças. A ausência de encaminhamentos pedagógicos da Educação Infantil assentados nas datas comemorativas, com enfoque específico na 'comemoração' do Dia da Mulher, foi tema da pesquisa de Aliandra Cristina Mesono Lira *et al*., e os resultados demonstraram

> ser corriqueiro o tratamento dessa data de forma romantizada, com propostas de trabalho que exploram o lado afetivo da questão (que não precisa ser desprezado), mas que privilegiam a confecção de cartões, pinturas, cartazes e apresentações artísticas, o que oculta as discussões que desnudam as questões históricas e sociais que originaram a criação da data e as condições reais vividas pelas mulheres na sociedade contemporânea (LIRA *et al*., 2021, p. 2).

Frente a isso, nunca vimos, e podemos inferir que não veremos, uma professora ser denunciada ou atacada por transmitir a alunos/as mensagens e desenhos que vinculem a mulher ao cuidado, ao amor etc., isto é, correspondentes a uma visão acrítica e a-histórica das mulheres, reforçando certo tipo de feminilidade. Todavia, problematizar a mulher na sociedade e na cultura, nos inserindo conscientemente no campo de disputas e conflitos que produzem significados e identidades, foi interpretado pelo ESP como conteúdo doutrinador, em detrimento de uma suposta neutralidade. Isso porque

> o Escola Sem Partido revela que seu objetivo é impedir um processo educativo pleno. Revela que, a despeito das frases feitas, o que os grupos conservadores no Brasil sentem em relação à educação é medo. A bandeira da "neutralidade", que eles empunham, é a tentativa de neutralização das virtualidades emancipatórias da educação (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021, p. 273).

Nagib descontextualiza e manipula igualmente a postagem, enxergando um entristecimento por notar alguns preconceitos nas falas das crianças de cinco anos, relacionando esse sentimento ao citado áudio e afirmando que o que chamamos de preconceito é "o espelhamento que o menino tem na figura do pai, de querer ser um rapazinho como o pai" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). O estudo de Gustavo Martins Piccolo converge com o que buscamos sintetizar como 'preconceito', ao descrevermos alguns sentimentos na rede social, pois,

> há o peso de toda uma sociedade que marginaliza e discrimina a diferença como sinal de desigualdade, esquisitice e elemento a ser corrigido. Essa arquitetura segregacionista não passa incólume aos olhos das crianças, que se apropriam dessas

> estratificações como verdades absolutas, quando não há uma contraposição dialética com outro sistema conceitual, e as transferem para seus relacionamentos e práticas diárias (PICCOLO, 2011, p. 214-215).

Enfatizamos que as crianças trazem para a sala de aula opiniões, atitudes e comportamentos transpassados pela cultura, pela mídia, pela política, pela economia, entre outros. Portanto, as crianças aceitam, questionam, subvertem e/ou ressignificam os modos de existência da sociedade enquanto desenvolvem suas subjetividades, sempre de forma coletiva, como é inerente ao ser humano.

Nagib finaliza sua fala enfatizando que efetuamos uma lavagem cerebral em crianças de cinco anos – uma 'marmanja' querendo debater com crianças. A fala dele coloca a criança como simples receptáculo de informações, como um/uma não sujeito/a, desconsiderando que é atravessada pela cultura e pela sociedade como um todo e, portanto, é capaz de refletir e expressar suas ideias. Nota-se que Nagib não compreende absolutamente nada sobre metodologias de ensino, já que a roda de conversa "contribui para a construção do conhecimento, valoriza a relação dialógica entre os diferentes sujeitos, fazendo assim uma construção coletiva de saberes, respeitando as diferenças de cada um" (Pinto *et. al.*, 2021, p. 1302), sendo uma prática amplamente difundida na Educação Infantil para estimular oralidade, organização do pensamento e fomentar a participação das crianças.

Para encerrar, destacamos que as Matrizes Curriculares da Educação Infantil, classes de 4 e 5 anos (UBERABA, 2014) – documento norteador dos planos e práticas pedagógicas da rede em que o aluno/filho do denunciante estudava, vigente no ano de 2017 –, continha direitos de aprendizagem relacionados à Educação Sexual:

> Identificar as partes que compõem o seu corpo.
>
> Participar, igualmente, em brincadeiras tidas como de meninos ou de meninas. Desenvolver atitude de repúdio às iniciativas homofóbicas.
>
> Perceber que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres, em relação ao trabalho, ao lazer, à educação etc.
>
> Desenvolver atitude de repúdio a qualquer tipo de discriminação (UBERABA, 2014, p. 29, 41, 42 e 75).

Contudo, apesar de nossos esforços, o excerto acima não compõe mais o atual currículo municipal, corroborando o silenciamento da BNCC da Educação Infantil (BRASIL, 2018) acerca da Educação Sexual. É necessário destacarmos a importância da participação ativa das/dos professoras/es na elaboração dos currículos das redes de ensino em que atuam e, principalmente, na construção do Projeto Político-Pedagógico – PPP das escolas, a fim de resistirem ao conservadorismo que ataca a Educação, buscando que os documentos reflitam os aspectos culturais, históricos, sociais e subjetivos das relações humanas com os conhecimentos científicos.

Considerações finais

A partir do estudo realizado à luz da análise do discurso foucaultiana, em diálogo com a literatura acadêmico-científica, demonstramos como os/as conservadores se inserem na disputa pela verdade, utilizando o acionamento dos pânicos morais e a forma como a reiteração dessas práticas discursivas incidem na desvalorização profissional docente, na violência contra professoras/es e no achincalhamento da Educação pública. Os resultados das análises apontam como, por meio da evocação da 'ideologia de gênero', em detrimento dos conhecimentos sobre Educação Sexual, o ESP atua enquanto vigilante da heteronormatividade e das fronteiras de gênero, utilizando-se da falácia da neutralidade. Por fim, julgamos necessário uma explanação sobre os desdobramentos da denúncia analisada neste artigo, nos valendo do papel de professora denunciada.

É útil nos aproximarmos minimamente do cenário político do município de Uberaba-MG em 2017, ano da denúncia. O partido do prefeito municipal era o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido que em âmbitos estaduais e municipais mais propôs projetos de lei que dialogam com o ESP (MOURA & SILVA, 2020, p. 15). Em 2015, foi aprovado um Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município pela Câmara dos Vereadores, cerceando as discussões sobre 'ideologias de gênero' nas escolas municipais[9]. O mesmo vereador propositor do projeto fez uma cartilha que deveria ser distribuída nas escolas, intitulada *Ideologia de Gênero – Entenda o risco que você e seus filhos estavam correndo*. Sua distribuição nas escolas, porém, foi proibida pela secretária de Educação. Assim, apesar de conhecer o posicionamento do MDB em nível nacional, tínhamos certa esperança de ter a 'compreensão' da secretária, em virtude da proibição mencionada.

Em meados de julho de 2017, tivemos que comparecer na Secretaria Municipal de Educação para prestar elucidações sobre nossas atividades profissionais. Compete ressaltar que, antes que isso ocorresse, familiares de outros/as alunos/as alertaram sobre o descontentamento de um pai frente aos conteúdos trabalhados em sala de aula, ressaltando que ele abordava os/as responsáveis pelas crianças nos momentos de entrada e saída da escola; todavia, os/as familiares que nos procuraram destacavam não estarem de acordo com aquele pai, acreditando que ele agia assim em virtude de nossa 'opção sexual'.

No momento da reunião, à qual comparecemos com a diretora escolar, soubemos que a família do aluno em questão havia ido inúmeras vezes à escola para denunciar a 'doutrinação' e solicitar nosso afastamento da turma. Em nenhum momento da reunião houve intimidação por conta do trabalho com a Educação Sexual, sendo que apresentamos o currículo municipal vigente à época para ratificar as ações pedagógicas desenvolvidas. Por fim, a denúncia do ESP aqui analisada não desencadeou processos judiciais e/ou administrativos, e a família optou por retirar o aluno da escola.

Soubemos da existência dos vídeos aqui analisados por intermédio das famílias de alunos/as que seguiram matriculados/as na turma. Comparando as datas da reunião na

Secretaria da Educação e a da divulgação dos vídeos, podemos afirmar que foram veiculados cerca de um mês após os trâmites escolares internos e o desligamento do aluno. Não podemos deixar de mencionar que a denúncia pelo ESP nos causou sofrimentos psíquicos diversos, que, aliados a outros fatores, resultaram em um quadro de ansiedade generalizada alguns anos depois.

> O discurso reacionário de defesa de uma "escola sem partido" desloca a identidade daqueles professores que se percebem como educadores porque nega a dimensão educacional do processo de escolarização. Os professores passam a ser ameaçados e intimidados apenas por agir cotidianamente na escola de acordo com seus saberes profissionais. Esse descolamento pode desmobilizar os professores e agravar um quadro já intenso de problemas de saúde na categoria profissional, mas também tem o potencial de construir uma nova identidade docente combativa e envolvida visceralmente com a defesa da escola pública (PENNA, 2018, p. 118).

Com o intuito de mobilizar ainda mais educadoras/es, relatamos que o excerto acima foi corroborado em sua totalidade por nossas vivências, pois buscamos nos aproximar ainda mais dos Estudos de Gênero, da Educação Sexual e da formação de professoras/es por meio dos Programas de Pós-Graduação de Universidades Públicas, objetivando o preparo para as batalhas que se instauram na docência. Segundo o educador Paulo Freire, não por acaso o mais atacado pelo ESP,

> a educação é um ato político. Não há prática educativa indiferente a valores. Ela não pode ser indiferente a um certo projeto, desejo ou sonho de sociedade. Ninguém é educador por simples acaso. Ninguém forma por formar. Há objetivos e finalidades que fazem com que a prática educativa transborde dela mesma (FREIRE, 1991, p. 20).

Saber que fomos alvo de denúncia pelo ESP nos dá a certeza de atuarmos em prol de uma Educação que incentiva a formação de sujeitos/as críticos/as, antirracistas, antiLGBTfóbicos/as, anticapacitistas, antimachistas e antifascistas, nos fazendo ter mais forças para lutar diariamente pela Educação pública, pela valorização do magistério e pela construção de uma sociedade menos excludente.

Recebido em: 04/06/2024; Aprovado em: 14/05/2025.

Notas

1 It is an informal and often pejorative term that usually refers to a woman who is already an adult but is being described in a ridiculing way.

2 Para esse termo, utilizaremos primeiro a flexão de gênero no feminino, por compreendermos que o universo da Educação Básica é majoritariamente composto por mulheres.

3 'Kit gay' é o nome que conservadores/as atribuem aos materiais componentes do Programa Escola Sem Homofobia – que, por conta das críticas da bancada parlamentar religiosa, não foi implantado nas escolas (WILKE, 2021).

4 Conforme notícia fraudulenta amplamente divulgada nas redes sociais e aplicativos de comunicação (em especial durante o processo eleitoral de 2018), o governo do Partido dos Trabalhadores – PT teria distribuído em creches públicas mamadeiras com bicos que se assemelhariam a um pênis humano.

5 O Escola sem Partido foi inspiração central para o presidente Jair Bolsonaro. Pode-se dizer que por meio das fake news que exploravam o '*kit gay*', ele acionou, por meio da reiteração de seus discursos, os pânicos morais que pavimentaram a estrada para sua eleição no ano de 2018 (MIGUEL & OLIVEIRA, 2021).

6 Fundador do ESP e advogado, Nagib deixou o seu comando em 2020, um dia após o Supremo Tribunal Federal reconhecer a inconstitucionalidade de ações referentes às leis municipais que proibiam a abordagem de gênero e sexualidade em escolas brasileiras.

7 Fizemos a transcrição literal do áudio; portanto, embora haja aspectos de concordância verbal e outros que pudessem ser modificados para a linguagem padrão, optamos por não corrigi-los, a fim de preservar o conteúdo original. Citamos a fonte (FELICIANO, 2017) para encurtar a referência, uma vez que o áudio da criança aparece em ambos os vídeos analisados.

8 Na transcrição do áudio, as aspas foram utilizadas a fim de demonstrarem os trechos que correspondem à publicação na rede social da professora.

9 Notícia veiculada pelo portal *g1* – Triângulo Mineiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/camara-de-uberaba-proibe-discussao-sobre-ideologia-de-genero-em-escolas.html>. Acesso em: 04 de maio 2024.

Referências

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva. In: *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso*: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 73-95. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r6q5k/pdf/barros-9788579836619-04.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BARROS, Neide Celia Ferreira. Movimento Escola sem Partido e a popularização do ódio aos docentes. *Em tese*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 142-167, set.-dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/78349/47372> Acesso em: 05 maio 2024.

BENAYON, Flávio da Rocha; BRANDÃO, Renata Ortiz/ &; NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. Do dizer que não cessa de se inscrever: condições de produção e o "fantasma do comunismo". In: Seminário de estudos em análise do discurso, 2019, Recife. ANAIS DO IX SEAD... Recife: UFPE, 2019. p. 1-7. Disponível em: <https://www.discursosead.com.br/ix-sead-2019> Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394/1996. LDB:* leis de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 7180 de 24 de fevereiro de 2014.* Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/40ToBdL>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação Infantil. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 6 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PL 7180/14 – Escola Sem Partido – Audiência Pública – 08/08/2017*. YouTube, transmitido ao vivo em 08 de ago. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1OFutRYyEcg&t=2712s>. Acesso em: 01 maio 2024.

FELICIANO, Marcos. *Criança de 5 anos conta o que ouviu da professora!* YouTube, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXyv9NtA9E4>. Acesso em: 02 maio 2024.

FERRARI, Anderson & CASTRO, Roney Polato de. Pensando a diversidade sexual nas escolas. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 2, n. 4, p. 20-26, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6355> Acesso em: 18 abr. 2024.

FINCO, Daniela. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. *Revista Múltiplas Leituras*. Campinas, v. 3, n.1, p.119-134, jan/jun., 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/arti-cle/viewFile/1905/1908>. Acesso em 15 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREIRE, Paulo. Educação é um ato político. *Cadernos de Ciências*. Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/1357>. Acesso em: 25 maio 2024.

FREITAS, Tatiana Carvalho de. *Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo:* rupturas e construção de visibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072018-093210/pt-br.php>. Acesso em: 05 maio 2024.

FURLANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana:* subsídios ao trabalho em Educação Sexual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KATZ, Elvis Patrik & MUTZ, Andressa Silva da Costa. Ciência, autoria e verdade nos ditos do movimento Escola Sem Partido: o mecanismo da denúncia. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.24, n. 47, jul.-dez, p. 371-387. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/11039> Acesso em: 02 jun. 2024.

LEÃO, Andreza Marques de Castro & RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal, A (in) existência da sexualidade no curso de pedagogia: o currículo oculto em evidência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* [s.l.], v. 8, n. 1, p. 275-290, jan. 2014. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6530. Acesso em: 11 maio 2019.

LIRA, Aliandra Cristina Mesono *et al.* A ausência de reflexão no trabalho com as datas comemorativas na educação infantil: em discussão o 'Dia da Mulher'. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 43, e49047, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v43/2178-5201-aseduc-43-e49047.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2. ed., 2000, p. 7-34.

MIGUEL, Luís Felipe & OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do "Escola Sem Partido". *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/19100/12862>. Acesso em: 01 maio 2024.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, jan.-jun., p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798>. Acesso em: 24 maio 2023.

MOURA, Fernanda Pereira de & SILVA, Renata da Conceição Aquino da. *6 anos de projetos "Escola sem Partido" no Brasil:* levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaça, 2020. Disponível em: <https://profscontraoesp.

org/wp-content/uploads/2021/01/relatocc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordaccca7a.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

PENNA, Fernando. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. In: PENNA, Fernando *et al.* (Org.). *Educação democrática antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 111-130, 2018. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/wp-content/uploads/2020/03/educaccca7acc83o-democracc81tica-anticc81doto-ao-escola-sem-partido.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

PENNA, Fernando. Entrevista com Fernando Penna. *Movimento:* Revista de Educação, Rio de Janeiro, ano 2, vol. 3, p. 294-301, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/download/32570/18705/109518>. Acesso em: 28 maio 2024.

PICCOLO, Gustavo Martins. Educação Infantil: análise da manifestação social do preconceito na atividade principal de jogos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, jan.-mar., p. 205-221, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000100013>. Acesso em: 28 maio 2024.

SANTOS, Rayani Mariano dos & BIROLI, Flávia. Escola sem Partido e o processo de desdemocratização no Brasil. *Lua Nova:* Revista de Cultura e Política, p. 247-286, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-247286/120>. Acesso em 03 jun. 2024.

UBERABA. Secretaria de Educação de Uberaba. *Matrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino*. Prefeitura Municipal de Uberaba, 2014. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/galeriaarquivos,educacao,Formacao%20Profissional,Matrizes>. Acesso em: 18 abr. 2024.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. No tempo das fake news e da pós-verdade; política, democracia e literacia midiática. In: PEREIRA, Sara (Org.). *Literacia, Media e Cidadania – Livro de atas do 5º congresso*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, p. 381-398, 2021. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs../index.php/cecs_ebooks/article/view/3250>. Acesso em: 02 jun. 2024.